Economia



Vocês não sabem quantos discursos fiz contra Belo Monte sem nem saber o que era. E é exatamente no meu governo que acontece Belo Monte"

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Banda larga. Está previsto para 2011 o atendimento da população de mais 1.063 municípios do país

Sete cidades do Espírito Santo / vão ter internet a partir de R\$ 15

A inclusão da Capital já havia sido anunciada e agora lista conta ainda com cidades do interior e da Grande Vitória

BRASÍLIA

O Espírito Santo terá sete entre as 100 primeiras cidades a serem atendidas pelo Plano Nacional de Banda Larga (PN-BL), anunciou ontem a Telebrás durante o 2º Fórum Brasil Conectado, que reúne governo, setor privado e sociedade civil.

Além da Capital, farão parte da estreia do programa de inclusão digital os municípios capixabas Cariacica, Domingos Martins, Conceição da Barra, Píuma, São Mateus, Vila Velha e Itapemirim. A população atendida em todo o Brasil no pontapé inicial do PNBL é de 14.068.645 pessoas, incluindo o Distrito Federal e todas as capitais das regiões Sudeste e Nordeste.

O valor que será cobrado dos consumidores pelo uso da banda larga será de R\$ 35, podendo ser mais barato (até R\$ 15), se houver isenção de impostos. A velocidade do serviço será de 512 quilobites por segundo. Está previsto para 2011 o atendimento da po-

Internet para todos

Veja as primeiras cidades capixabas que serão beneficiadas pelo programa de banda lagar do governo





Fonte: União Internacional para as Telecomunicações (2008)

Entenda o projeto

Veja o que já foi definido e o que ainda está em fase de estudo

Governo vai isentar modem 3G de PIS e Cofins TIM lança acesso à internet por R\$ 0,50 ao dia para 2011 o atendimento da população de mais 1.063 municípios. Até 2014, todo o país deverá contar com a banda larga.

O presidente da Telebrás, Rogério Santanna, não descarta que esta meta seja atingida antes. Isso dependerá das hidrelétricas que estão em construção na Região Norte, porque será usada a rede destes empreendimentos no PNBL.

A escolha das cidades obedeceu a uma série de critérios definidos no 1º Fórum. Entre eles estão menor Indice de De-Humano senvolvimento (IDH); existência de Universidade Aberta do Brasil; municípios com menor densidade de banda larga; distribuição por estado; projeto de interesse social; áreas urbanas pobres e densamente povoadas; áreas rurais; e proximidade da rede.

Também foi observado o critério de existência prévia de programas de inclusão digital nos municípios - caso de Piraí, que tem um dos mais bem sucedidos programas do gênero no país-bem como de redes de pesquisa e de telecentros.

O objetivo é aumentar a velocidade de conexão em cidades onde a informatização já é grande (por exemplo no serviço público e em escolas). Se não houver provedores de internet interessados em alguma das cidades listadas, o Comitê Gestor de Programas de Inclusão Digital (CGPDI) poderá definir se a Telebrás vai atender diretamente os consumidores. "Tenho conversado com vários provedores que dizem ter condições de estarem presentes nas cidades. Agora vamos ver na prática", disse o presidente da Telebrás, Rogério Santanna.

Para que a rede da Telebrás entre em funcionamento precisará ser realizada uma licitação para compra dos equipamentos. Os editais das licitações deverão ser publicados para consulta pública na próxima semana. A expectativa é que, após a assinatura dos contratos, o serviço possa ser ofertado em 45 dias.

Um dos problemas a ser enfrentado no PNBL é se os preços para os consumidores serão diferenciados. Segundo o coordenador do Comitê Gestor, Cezar Alvarez, mesmo que se chegue a cerca de cinco milhões de residências combanda larga, atingindo uma população de 20 milhões de pessoas, ainda haveria uma população grande que ficaria sem o serviço.

. Metas.

Além da expansão do mercado de banda larga atendido pelas operadoras, o governo pretende que mais 20 milhões de domicílios recebam o servico até 2014.

■ Investimento. Essa é uma das incógnitas do plano, porque o nível de investimento necessário para cumprir as metas de 2014 depende das parcerias realizadas para que as redes cheguem ao usuário final. Se a Telebrás usar as redes das operadoras, dos Estados, das prefeituras, o custo é um. Se tiver que construir tudo, não somente o investimento será maior como o plano terá que disputar mais espaço no orçamento federal. O investimento necessário pode variar de R\$ 3 bilhões a R\$ 15 bilhões até 2014.

■ Não é somente acesso. O plano do governo federal é também programa de desenvolvimento, com ênfase na produção de conteúdo (educação, saúde, segurança e mesmo entretenimento, como videojogos) e na política industrial. A política industrial envolve a redução de impostos para baixar os custos de equipamentos.

Comitê gestor.

Será criado um comitê gestor para coordenar as ações do governo federal em todas as áreas de abrangência do plano.

. Quem vai prestar o servico?

A Telebrás deverá oferecer o serviço. Isso será feito por meio de terceiros, onde não houver oferta de serviço pelas operadoras privadas ou o serviço for oferecido a um preço elevado.

O serviço vai ser de graça? Não há essa possibilidade

na proposta apresentada pelo governo. Se for um serviço prestado em regime público, a Anatel vai definir os preços. Se for em regime privado, a Telebrás vai licitar o acesso e poderá fixar um preço máximo.

■ Com que rede? Pelo plano do governo, deverão existir no país 31.000 km de fibras ópticas federais, incluídas aí as redes da Eletronet e de estatais, até 2014. Essa rede poderá atender 4238 municípios, o equivalente a 58% da população.

"Isso poderá ser realizado neste governo?

Já está claro que existe uma decisão política do presidente Lula de deixar, no mínimo, um plano traçado. Definido o plano do governo - e a meta de Lula é fazer isso este mês - será preciso implementar essas decisões.

BRASÍLIA

O governo vai editar nos próximos 30 dias uma Medida Provisória (MP) para isenção de PIS e Cofins para o modem 3G, equipamento necessário para conexão de internet. Segundo Nelson Fujimoto, assessor da Presidência da República e integrante do Comitê de Inclusão Digital do governo, a proposta foi apresentada no 2º Fórum Brasil Conectado.

Segundo ele, a desoneração ocorrerá por meio da inclusão do equipamento na Lei do Bem, o que fará com o que o preço do modem caia de cerca de R\$300 para algo em torno R\$200. "Essa é a nossa meta. Essa equação depende do setor privado", disse.

A iniciativa do governo de baixar os preços do modem é consequência da constatação de que existe uma diferença de quatro milhões de residências que só têm computador, sem acesso à internet, por falta do equipamento.

SÃO PAULO

A operadora de telecomunicações TIM lançou ontem o serviço pré-pago para acesso à internet por meio de aparelhos celulares. Os usuários dos planos Infinity Pré e Controle da TIM, que totalizam uma base de aproximadamente 31 milhões de linhas, poderão acessar o ícone de navegação na internet do aparelho pagando apenas pelo primeiro acesso do dia, ao custo de R\$ 0,50, de forma ilimitada, sem restrições de conteúdo ou aplicativos.

I W VISO at the

O serviço estará disponível a partir do próximo domingo, com preço promocional, pelo menos, até o final de novembro. Para facilitar a navegação por meio do celular, a companhia desenvolveu um site pelo qual os usuários poderão baixar serviços de mensagens instantâneas, como o Windows Live Messenger.

Programa recebe críticas

Veja a opinião do professor da Ufes Anilton Salles Garcia

- Rede. Ao olhar os municípios que serão beneficiados, percebe-se que a rede de fibra ótica da Petrobras passa por todos. O governo deve aproveitar isso. Então, fica difícil saber se essa cobertura vai atender os lugares onde não existe internet banda larga.
- Beneficiados. O governo também não deixa claro como vai atender aos bairros que ainda não contam com o serviço. Nossa preocupação é se a internet vai chegar em regiões que precisam, como Flexal II, Vila Betânia e São Geraldo, em Cariacica, e a região de Terra Vermelha, em Vila Velha. Não adianta o programa do governo atender a bairros como Praia da Costa e Itapoã.
- Tecnologia. É preciso saber qual tecnologia será usada para ampliar a cobertura de banda larga e verificar também qual será o usuário remoto.

- Preco. O valor de R\$ 15 a R\$ 35 é algo precipitado. O governo deveria ter colocado um preço máximo por kbps, não um valor médio pela velocidade de 512 kbps. Se o consumidor preferir aumentar a velocidade, a empresa oferecerá um valor mais alto.
- Velocidade. Além do preço, a questão da velocidade é um outro problema. Uma internet de 512 kbps só permite acessos básicos. Essa velocidade é insuficiente. O governo deveria ter olhado como essa internet vai melhorar a vida da costureira, do açougueiro e do pequeno empresário. Com essa velocidade, é possível apenas entrar em redes sociais, como Twitter e Orkut. Não dá para a pessoa fazer cursos on-line, por teleconferência. Defendo uma política de concessão que fortaleça a economia. A internet deve agregar valor ao consumidor e gerar para ele oportunidades de

educação e de trabalho.

■ Modelo de negócios.

Outra preocupação é o modelo de negócios que será adotado pelo governo federal. Se uma grande operadora for oferecer os serviços de internet, pequenos provedores, que atuam principalmente no interior, vão quebrar. O governo deveria estimular, inclusive, a criação de novas empresas da área de internet. Antes de lançar um programa assim, era necessário pensar na concessão.

Fonte: Anilton Salles Garcia é pesquisador do Laboratório de Telecomunicações e coordenador do Projeto de Inclusão Social da Ufes.

Congresso

DEBATE: sobre cidades digitais no Congresso de Telecomunicações Momag 2010 DATA: DE 29 DE AGOSTO A 1º DE SETEMBRO

LOCAL: VILA VELHA INFORMAÇÕES:

WWW.MOMAG2010.ORG.BR